

Resenhas

As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834)

autora	Tereza Maria Rolo Fachada Levy Cardoso
cidade	Rio de Janeiro
universidade	UFRJ
ano	1998
outro	Tese de doutorado

Lançando luz sobre a educação brasileira

Um rico e importante relato do processo de implantação e do funcionamento do sistema de aulas régias entre 1759 e 1834 no Rio de Janeiro. Essa é uma boa definição para a obra *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834)*, tese de doutorado defendida por Tereza Cardoso, em 1998, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A autora produz uma importante referência para a compreensão de seu objeto de estudo, desenvolvendo um quadro contextual amplo (abrangendo os séculos XVI, XVII e XVIII) e fundamental para entender as relações existentes entre o cenário europeu da época – a Revolução Científica que ganhava força, as novas teorias filosóficas sobre a sociedade e o progresso científico-tecnológico – e os acontecimentos em Portugal. A partir disso, é possível saber que a expulsão dos jesuítas e as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal estão intimamente relacionadas às revoluções ocorridas na ciência, na filosofia, na cultura e na mentalidade européias, inserindo-se num cenário que evidenciava o abandono e crítica da tradição escolástica, o desejo de domínio sobre a natureza, a crença no progresso inexorável e benéfico e a proliferação dos ideais do despotismo esclarecido. A educação passava a ser aclamada por todos os entusiastas da nova ordem por seu potencial de equalizar e redimir a sociedade, sendo encarada como um instrumento de formação dos cidadãos deste Esta-

do moderno em gestação e de desenvolvimento nacional em todos os sentidos.

Nesse contexto, Portugal foi a nação pioneira no tocante às reformas que apontavam para a instituição de uma Monarquia nos moldes do despotismo esclarecido, e a ordem dos jesuítas, com sua *ratio studiorum* calcada na tradição escolástica e seu poder sobre a população indígena brasileira, passou a ser vista como um obstáculo à reestruturação do Estado português. Diante disso, foi primeiro decretada a Lei do Diretório – que obrigava o ensino da língua portuguesa aos indígenas e laicizava as missões – e posteriormente a expulsão de todos os jesuítas. Rompia-se assim com a tradição para dar lugar ao novo projeto político, conforme exigia o movimento da Ilustração.

Ao debruçar-se sobre as reformas efetuadas – mais especificamente a Reforma dos Estudos Menores, de 1759, e dos Estudos Maiores, de 1772 –, Tereza Fachada tem o cuidado de recuperar uma significativa produção historiográfica a respeito do tema, passando por diversos autores e suas interpretações acerca dos fatores que motivaram a Reforma, as quais responsabilizam ora a economia, ora a luta contra a Igreja, ora o Iluminismo ora o projeto político. Diante desse quadro, porém, a autora limita-se a concluir que a Reforma deve ser compreendida no contexto da implantação do despotismo esclarecido, o que talvez revele sua opção por produzir antes um relato minucioso do período em questão do que uma ampla e profunda reflexão sobre a motivação e o significado da instituição do sistema de aulas régias.

Com a Reforma dos Estudos Menores (que correspondem ao ensino atual em seus níveis fundamental e médio), efetivada através do Alvará de 28 de junho de 1759, expressavam-se definitivamente as principais intenções da Coroa Portuguesa: criar um sistema de ensino público e utilizá-lo como lhe conviesse. Sinal disso é que a legislação a respeito do que deveria ser ensinado era extremamente rígida e detalhada, o que soa paradoxal frente às condições objetivas precárias encontradas à época, tanto em Portugal quanto nas colônias. Isso, aliás, torna-se claro durante o relato dos percalços encontrados pelo diretor geral de estudos, Tomás de Almeida, que se vê obrigado, ante o descaso do rei D. José, a improvisar decisões e soluções. Além disso, Almeida foi obrigado a tolerar o boicote do Marquês de Pombal às suas iniciativas, já que era um dos únicos

que não temiam o ministro. Esse conflito culmina com a vitória de Pombal e a extinção do cargo de Tomás de Almeida, em 1771, o que encerra a primeira fase da Reforma. A avaliação dessa fase de implantação pode ser resumida em uma única palavra: falta. Falta de professores, de materiais, de verbas, de salários. No Brasil, a situação era ainda mais penosa, pois a ele haviam sido destinados apenas 5% de todas as aulas régias oferecidas pelo governo e, além disso, até 1765 não havia sido nomeado um só professor público, o que deixava a educação a cargo da iniciativa privada da elite.

A certeza do fracasso da primeira fase lança as bases para a Reforma dos Estudos Maiores (correspondentes ao atual ensino superior), trazendo novas preocupações: o emprego de princípios pedagógicos que contemplassem os novos valores científicos a desenvolver na Universidade de Coimbra; o financiamento de todos os aspectos do novo sistema educacional através de um novo imposto denominado Subsídio Literário e a implantação efetiva e massiva das aulas régias.

O relato do desenrolar da Reforma leva à percepção de que, apesar das boas intenções da Coroa Portuguesa – principalmente de D. João VI, monarca interessado e informado sobre o estado em que se encontrava a educação de seu reino –, o contraste com as condições objetivas era gritante, e muito pouco era feito em termos concretos. A situação dos professores era especialmente difícil, pois eram vítimas de enormes exigências e de um profundo descaso.

Ao analisar a implantação do sistema de Aulas Régias no Rio de Janeiro, Tereza Fachada traça um perfil da vida cultural da cidade e mostra as profundas mudanças que a chegada da Corte Portuguesa em 1808 operou nesse sentido. A educação brasileira, aqui entendida como instrumento de formação de quadros administrativos, de difusão da cultura e de realização do ideal de felicidade pública, também sofreu o impacto do governo de D. João VI e posteriormente dos imperadores, influenciados que eram pelo pensamento liberal. Assim, cursos superiores foram criados, a discussão sobre a necessidade de um Tratado sobre educação foi fomentada e as intenções de universalização e ampliação da oferta escolar eram as melhores possíveis, mas nada disso acarretou qualquer melhora no cenário educacional do país. Isso ocorreu porque um dos traços fundamentais da elite agrária brasileira da época era a adoção de um

discurso liberal aparente e superficial, que nunca serviu efetivamente para regular qualquer prática, refletindo a contradição entre as influências iluministas vindas da Metrópole e o desejo de manutenção da ordem colonial.

O último capítulo da obra, dedicado à descrição detalhada das peculiaridades da estrutura de funcionamento do sistema de aulas régias na cidade do Rio de Janeiro, é marcado pela profusão de documentos oficiais, relatos e exemplos. Isso tudo revela a profunda pesquisa da autora sobre a realidade das condições do sistema educacional brasileiro e o cotidiano escolar que as aulas régias encerravam. Nesse capítulo percebem-se algumas características marcantes do sistema, tais como a rígida fiscalização exercida pelo Estado e a desvalorização da figura do professor, alvo de vigilância constante e pago com baixos salários.

Além disso, outra marca do texto de Tereza Fachada é a primazia da descrição dos fatos sobre a crítica deles. Talvez isso seja uma influência do referencial teórico utilizado – a vertente da história política, que adota a política como articuladora da sociedade –, pois tanto a afirmação de que a educação era parte de uma estratégia de manutenção do poder da Coroa e constituía uma importante arma de controle quanto a explicitação do caráter excludente da política educacional pombalina são pontos mencionados de forma recorrente, porém rápida.

Tal fato, contudo, não diminui em nada a extrema importância da obra no rol dos estudos sobre a educação brasileira no cenário das reformas pombalinas. Isso ocorre porque o leitor tem diante de si uma clara e precisa articulação entre o contexto da Revolução Científica e do Iluminismo, a administração pombalina e o projeto desta para a educação, seguida de um profundo mergulho na realidade educacional gerada de fato por este período de profundas transformações. Evidencia-se, portanto, que na educação brasileira, a enorme distância existente entre ideais e realizações não é algo novo.

Patrícia Cristina Fincatti Moreira
Aluna do curso de pedagogia da
UNICAMP. Bolsista de iniciação
científica – CNPq.